

MENSAGEM 2004



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

SECRETÁRIA Sofia Lerche Vieira

SECRETÁRIO-ADJUNTO Luis Eduardo de Menezes Lima

SECRETARIA-EXECUTIVA Edlourdes Pires Moura Coelho

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS Lindomar da Silva Soares

COORDENADORA DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL Maria Marlene Vieira Carneiro

COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-PEDAGÓGICO Eloísa Maia Vidal

COORDENADOR DE MONITORAMENTO E CONTROLE Edson Seabra Junior

COORDENADOR DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO ESCOLA DO NOVO MILÊNIO José Ribeiro da Silva

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

COORDENAÇÃO GERAL

Lindomar da Silva Soares

ELABORAÇÃO TÉCNICA

Maria Eneida Machado Maia

Elihone Maria Nogueira Diógenes

Maria de Fátima Silva Lopes

Noemi Alencar Araújo Cordeiro

Jaana Flávia Fernandes Nogueira

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Eunice Cabral de Queiroz

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Ana Maria Aragão

Clefferson Pereira do Carmo

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	05
2.	ELEMENTOS DE CONTEXTO	06
3.	PLANEJAMENTO 2003 - 2006	14
3.1.	Plano de Educação Básica 2003-2006	14
3.2.	Projeto Escola do Novo Milênio	15
4.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2003	16
4.1.	Universalização progressiva do ensino médio nas localidades urbanas e rurais	16
4.2.	Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais e comunidades indígenas	17
4.3.	Redução do analfabetismo de jovens e adultos	20
4.4.	Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno	22
4.5.	Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita	23
4.6.	Ampliação progressiva da jornada escolar	24
4.7.	Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores educação	25
4.8.	Modernização do processo de gestão e controle social do sistema de ensino	26
4.9.	Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais	27
4.10.	Regulamentação e efetivação do Regime de Colaboração Estado Município	27
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

1. APRESENTAÇÃO

Esta Mensagem apresenta um balanço das iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC-CE), durante o período de janeiro a dezembro de 2003. As mesmas foram realizadas através das coordenadorias (Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico Pedagógico-CODEP, Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional-COGED, Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais-COPPE e Coordenadoria de Monitoramento e Controle-COMOC), do Grupo Executivo do Projeto Escola do Novo Milênio (co-financiado pelo Banco Mundial), bem como dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e das unidades escolares da rede pública estadual.

Para melhor situar a reflexão, procura-se contextualizar a educação a partir de alguns elementos que marcaram o primeiro ano de governo, levando em conta que nesse período ocorreram significativas mudanças políticas no âmbito nacional que tiveram desdobramentos locais. O texto discute algumas peculiaridades do crescimento da oferta de educação básica no Ceará, assim como outros aspectos relevantes para a formulação e implementação da política educacional. A descrição das atividades executadas está ordenada em torno dos principais programas do governo

O Plano de Governo 2003/2006 – Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social organiza-se em quatro Eixos: 1. Ceará Empreendedor, 2. Ceará Vida Melhor, 3. Ceará Integração e 4. Ceará a Serviço do Cidadão. A educação básica insere-se no Eixo Ceará Vida Melhor, representado por um conjunto de propostas visando o avanço na melhoria da qualidade de vida da população, buscando a elevação do padrão dos serviços sociais básicos, como educação, saúde, qualificação profissional, assistência social, segurança, justiça, cultura, esportes e lazer, saneamento básico, habitação, proteção e preservação do meio ambiente (Ceará, 2003, p. 16).

Reconhece o Eixo Ceará Vida Melhor a importância da educação para o pleno desenvolvimento das aptidões e capacidades do ser humano, destacando que sua relevância ensinará ao Estado investir no ensino com qualidade, na perspectiva de educação permanente e aprendizagem contínua, garantindo-se o domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita (Op. cit, p. 100).

A educação básica está contemplada no objetivo estratégico de *eleva a qualidade da educação e o perfil educacional da população*. As linhas de ação e programas incluídos nesse âmbito traduzem-se no objetivo-meio de *elaborar e implementar o Plano de Educação Básica 2003-2006*, com o propósito de articular e desenvolver o ensino, em seus diversos níveis, bem como integrar as ações do Poder Público.

Eleva o perfil educacional da população é um imperativo de cidadania e uma condição para o desenvolvimento econômico sustentável do Ceará. Numa sociedade onde as informações circulam em tempo real, o papel exercido pelo conhecimento conquista crescente importância. Nesse contexto, o acesso à escolaridade básica de qualidade assume dimensão estratégica para a política educacional, razão pela qual o Plano de Educação Básica 2003-2006 fundamenta-se na idéia de *crescer com qualidade*.

2. ELEMENTOS DE CONTEXTO

O ano de 2003 é marcado por significativas mudanças no cenário político nacional, representadas pela ascensão ao poder de um partido de oposição – o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse quadro coincide com dificuldades econômicas de grande porte, materializadas no aprofundamento da crise fiscal, na queda da arrecadação e no crescimento da dívida externa do país, problemas que afetaram o desempenho da União, dos Estados e dos Municípios. Tal situação repercutiu de forma decisiva sobre o Ceará onde, apesar de haver uma continuidade política e de serem registrados avanços sucessivos nos indicadores sociais, os problemas de pobreza estrutural não diferem daqueles enfrentados pelos demais Estados nordestinos.

A perda de receitas nas diferentes esferas do Poder Público provocou transtornos de diversas ordens. No âmbito estadual, causou impacto significativo sobre o desempenho dos serviços prestados, ocasionado pelo descompasso entre o planejamento e a execução orçamentária. Considerando-se as diversas fontes que compõem o Orçamento da educação básica, para uma previsão de despesas no valor de R\$ 1.212.033.404,52, foram executados R\$ 963.987.535,62, ou seja, houve uma diferença de 20,46% entre o planejado e o realizado, como é possível visualizar na tabela a seguir:

Tabela 1
Execução Orçamentária da Educação Básica
Demonstrativo por Fontes – 2003

Fonte	Orçamento (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	Saldo (A-B)
RO	427.043.970,00	422.353.266,18	383.222.089,83	4.690.703,82
SE/QE	53.575.201,82	25.114.612,31	24.153.733,37	28.460.589,51
FUNDEF	546.206.062,50	450.189.926,72	438.688.566,37	96.016.135,78
BIRD	47.189.450,62	14.587.179,86	13.580.764,46	32.602.270,76
FNDE	37.371.839,94	15.446.991,56	14.559.683,96	21.924.848,38
Projeto Alvorada	100.630.232,10	36.295.558,99	32.696.847,49	64.334.673,11
Convênio Estadual	16.647,54	-	-	16.647,54
TOTAL	1.212.033.404,52	963.987.535,62	906.901.685,48	248.045.868,90

Fonte: SEPLAN/SIOF

Por definição da Constituição Federal (Art. 212), da Constituição Estadual (Art. 216) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96, Art. 69), a educação conta com recursos vinculados, cabendo-lhe vinte e cinco por cento no mínimo da receita resultante de impostos. A execução orçamentária do ano de 2003 pode ser visualizada na tabela apresentada a seguir:

Tabela 2
Execução Orçamentária 2003 – gastos com educação básica

	Execução 2002	Orçamento 2003	Gerencial 2003	Executado 2003
--	------------------	-------------------	-------------------	-------------------

1. Receita Líquida de Impostos e Transferências	3.528.300,0	3.830.300,0	4.045.400,0	3.764.421,50
2. Vinculação para Educação (Mínimo de 25%)	882.075,0	957.575,0	1.011.350,0	941.105,40
3. Despesa Realizada em R\$ mil % aplicado em educação (*)	938.111,8	946.391,0	1.041.892,6	1.074.478,60
26,6		24,7	25,8	28,50
DESPESAS				
1. DESPESAS FIXAS	546.428,4	526.842,3	587.101,6	649.743,10
Pessoal	529.360,9	508.162,3	571.924,3	615.653,00
Educação Básica – Ensino Médio	342.556,3	308.471,4	371.673,6	389.392,40
FUNDEF	117.312,1	129.497,4	127.283,6	120.169,50
Inativo (Suspec)	69.492,5	70.193,5	72.967,1	106.091,10
Custeio de Manutenção	17.067,5	18.680,0	13.646,9	34.090,10
Educação Básica – Ensino Médio	15.041,8	16.450,0	12.071,8	32.571,40
FUNDEF	2.025,7	2.230,0	1.575,1	1.518,70
Divida 2002 – Programas Finalísticos	50.831,8	63.465,0	54.491,0	49.735,50
2. CUSTEIO FINALÍSTICO/INVESTIMENTO	49.075,4	53.120,3	54.491,0	49.515,90
2.1. Custeio Finalístico – Despesa Corrente – SEDUC	1.756,4	10.344,7	-	219,6
3. Repasses do FUNDEF	340.851,6	356.083,7	400.300,0	375.000,00
TOTAL GERAL	938.111,8	946.391,0	1.041.892,6	1.074.478,60

(*) Valor sujeito a retificação quando da publicação do Balanço Geral do Estado
Fonte: SEPLAN

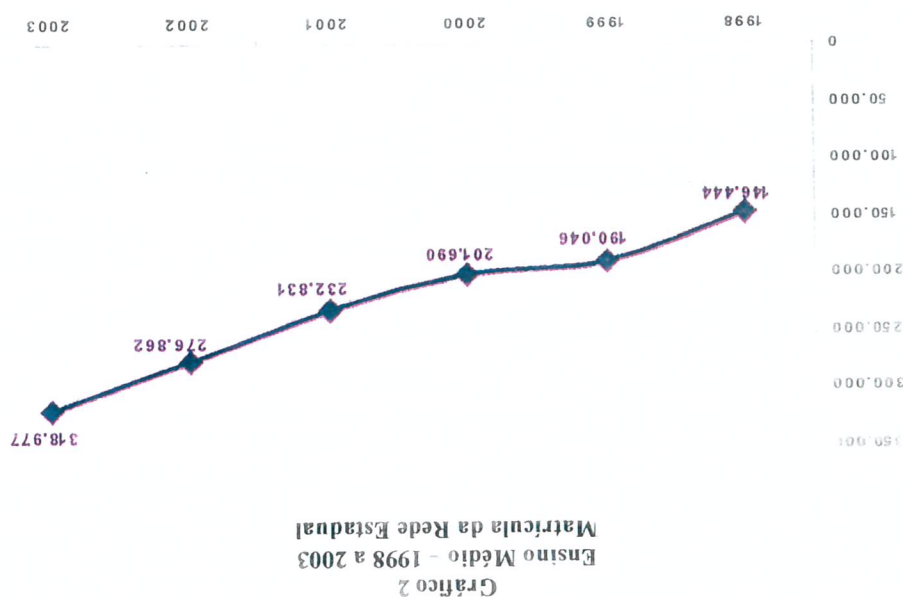
Uma análise cuidadosa desses dados permite constatar que a maior parte dos dispêndios em educação básica está concentrada em dois elementos de despesa: pessoal (57,29%) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) transferência para os Municípios (34,9%). A todo o conjunto dos demais gastos são destinados apenas 8,81%, observando-se que o maior volume de recursos refere-se a atividades de custeio, não havendo investimentos com recursos advindos do Tesouro do Estado. Tal situação tem levado o Ceará a buscar apoio financeiro externo através da União e de empréstimos contraiados com organismos internacionais, como é o caso do Projeto Escola do Novo Milênio, o qual será tratado de forma mais detalhada adiante.

Ao lado das dificuldades situadas no campo macro-estrutural, algumas peculiaridades contribuíram para agravar as condições de financiamento da educação básica estadual, devido a opções que o Estado fez em matéria de distribuição de responsabilidades.

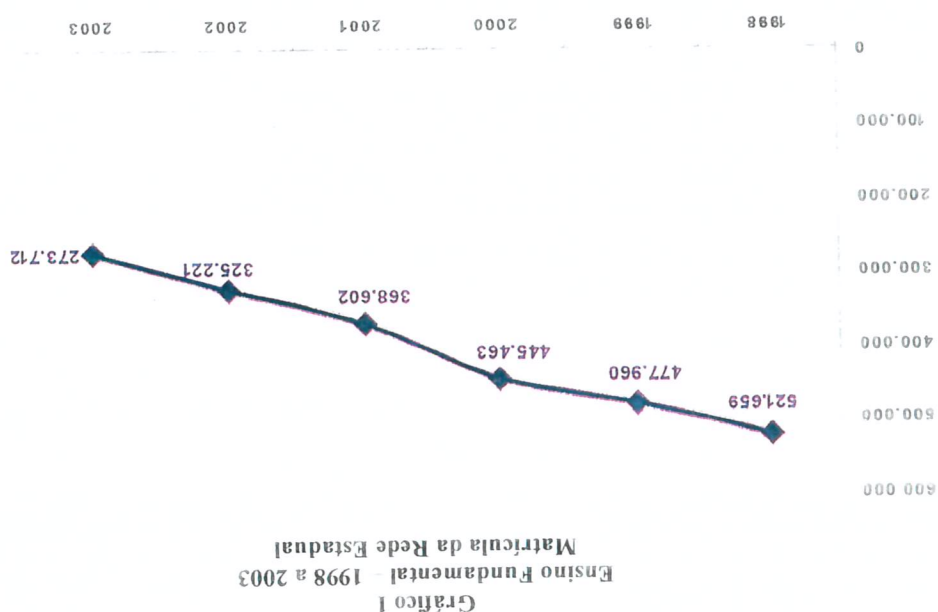
A Constituição, modificada através da Emenda Constitucional nº 14/96, define a oferta de educação básica como responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo aos Municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e aos Estados no ensino fundamental e médio (Art. 211, Parágrafos 2º e 3º). Observe-se que o ensino fundamental é responsabilidade de ambas as esferas. O Ceará, entretanto, deu interpretação própria ao dispositivo constitucional, compreendendo que os encargos para com o ensino fundamental deveriam ser repassados aos Municípios, cabendo ao Estado a responsabilidade para com o ensino médio.

O processo de transferências de matrículas aos municípios foi iniciado em 1995 (Lei nº 12.452/95) através de experiência piloto realizada em Igatu, Icapui, Fortim, Juca, Maranguape e Marco. No ano seguinte, antes mesmo da vigência do FUNDEF, essa iniciativa ampliou-se significativamente. Assim, durante os últimos anos, a transferência de matrículas do ensino fundamental aos municípios teve avanços sem precedentes. Tal movimento pode ser visualizado no gráfico a seguir:

No resto do país e mesmo na região Nordeste, a transferência de matrículas da rede estadual para a municipal ocorreu em ritmo diverso e em menor intensidade. Essa situação pode ser visualizada no gráfico sobre distribuição de matrículas do ensino fundamental por dependência administrativa:



Enquanto reduzia-se a oferta de ensino fundamental na rede estadual, fenômeno inverso ocorria em relação ao ensino médio. Conforme já assinalado, tal processo decorreu da correta interpretação do dispositivo constitucional acerca da responsabilidade prioritária do Estado para com o ensino médio. A 'estadualização' dessa etapa da educação básica se deu em ritmo acelerado no mesmo período, como se vê no gráfico a seguir:



Observa-se que já em 1998 o Ceará apresentava um percentual mais elevado de matrículas de ensino fundamental na rede municipal (68,05%) que a região Nordeste (62,37%) e o Brasil (46,63%). Em 2003, essa diferença aprofundou-se: o Ceará passa à liderança do processo de municipalização, com 83,24% das matrículas na rede municipal, enquanto no Nordeste este percentual eleva-se para 79,29% e no Brasil para 56,92%. Confirma-se, assim, a tendência histórica de maior participação dos Municípios na oferta de ensino fundamental na região mais pobre do país. A progressiva redução da oferta de matrículas do ensino fundamental na rede estadual implicou na simultânea transferência de recursos do Tesouro do Estado aos municípios, como se vê no gráfico relativo aos repasses de Estado ao FUNDEF.

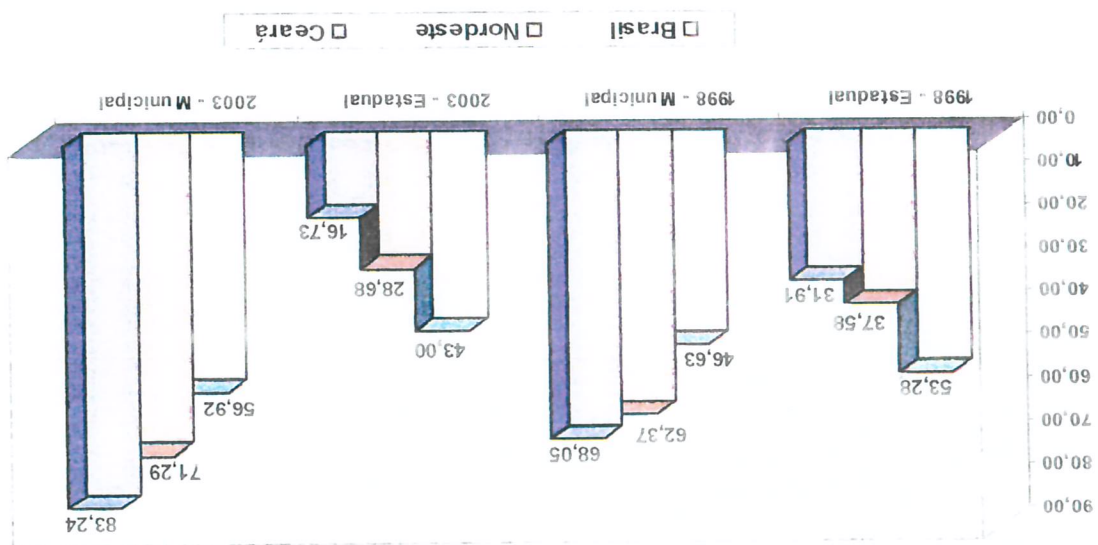


Gráfico 3
Ensino Fundamental – 1998 e 2003
Distribuição de Matrículas por Dependência Administrativa

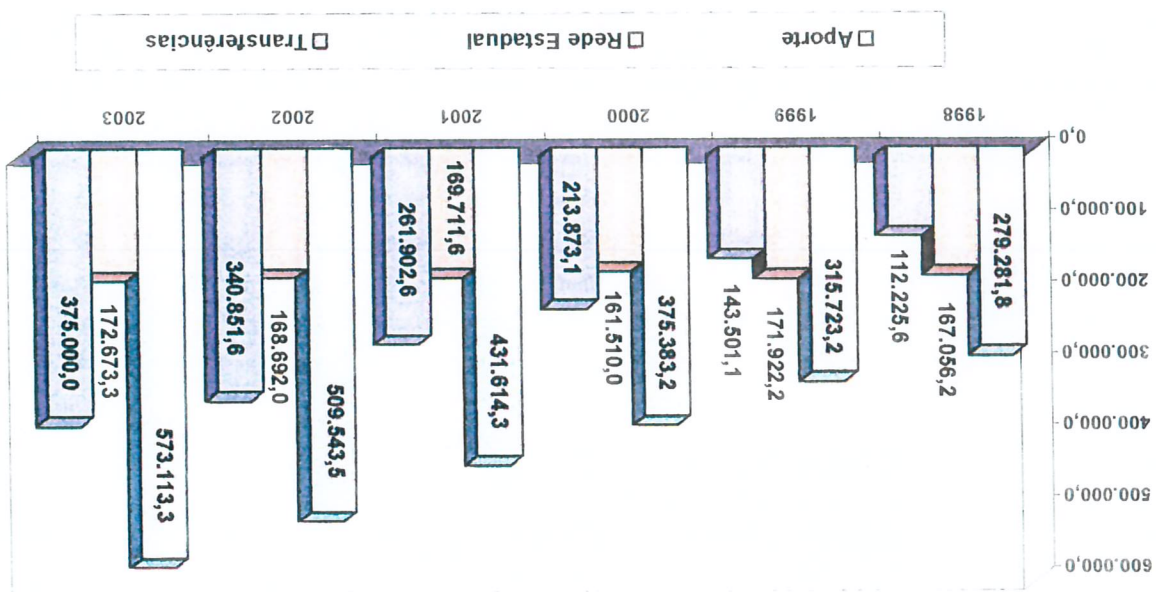
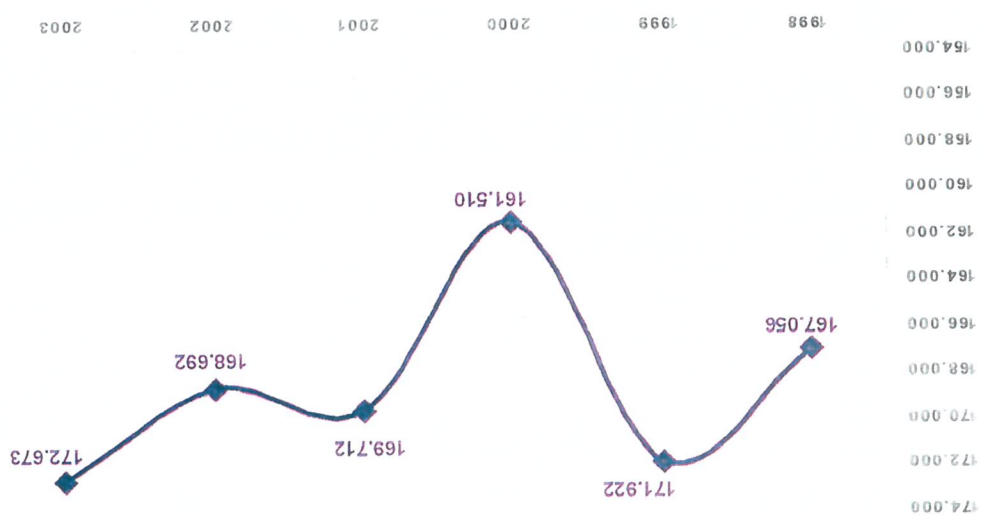


Gráfico 4
Ensino Fundamental – 1998 a 2003
Distribuição de Recursos do FUNDEF

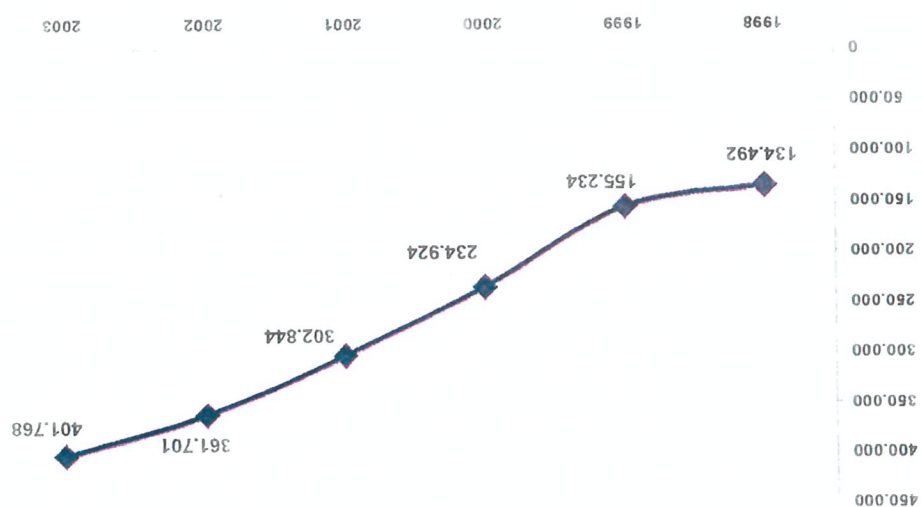
É importante assinalar que a redução do número de matrículas na rede estadual e o aumento de repasses ao FUNDEF municipal não foi acompanhada de uma proporcional diminuição de custos do Estado nas despesas relativas ao ensino fundamental.

Gráfico 5
Ensino Fundamental – 1998 a 2002
Despesa da Rede Estadual



As despesas estaduais relativas ao ensino médio, conforme esperado, aumentaram na proporção de crescimento de matrículas.

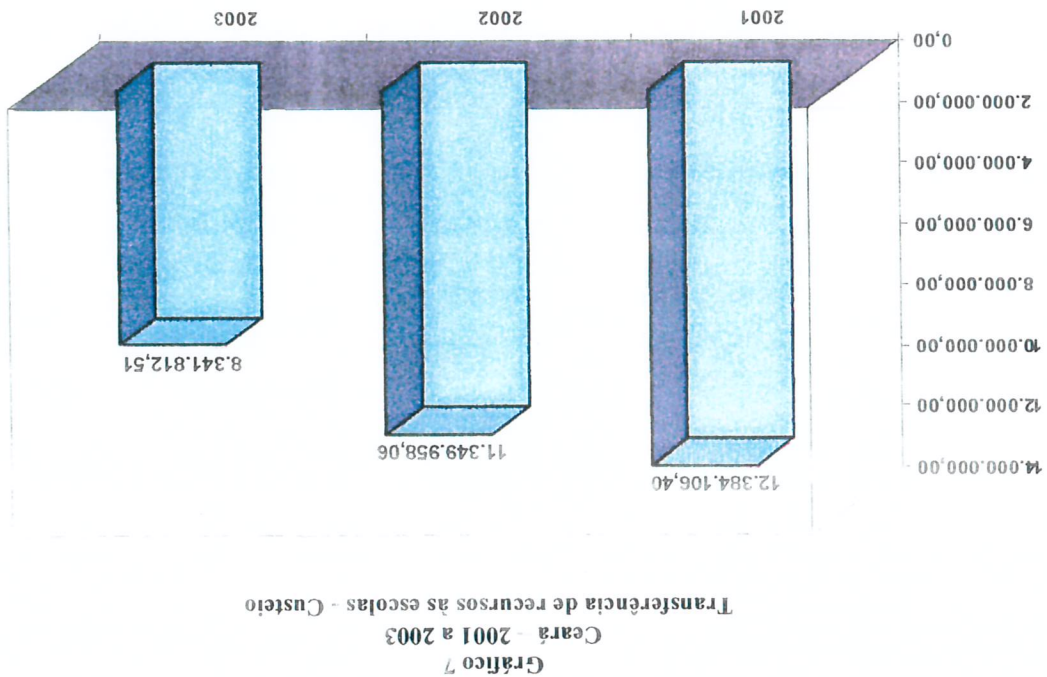
Gráfico 6
Ensino Médio – 1998 a 2002
Despesa da Rede Estadual



Ac lado dessa simulação, o oportuno mencionar o acréscimo de responsabilidade adicional relativa ao transporte escolar de alunos da rede pública. Com base em dispositivo legal aprovado em 2003 (Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003), cada esfera passa a ser responsável pelo transporte escolar dos alunos de sua própria rede. Como existem recursos próprios para o ensino médio e a maior parte daqueles referentes ao ensino fundamental são destinados aos Municípios, antecipa-se um quadro de expressivas dificuldades no cumprimento de tal atribuição. Vale destacar que a União atribui novos encargos a Estados e Municípios sem uma contrapartida de recursos. Os recursos previstos no Orçamento da União para 2004 são insuficientes, considerando-se o volume de tais despesas.

Em virtude do cenário de significativa redução dos recursos para a manutenção da educação básica no âmbito estadual, sem a incorporação de novos aportes ao financiamento do ensino médio, o governo estadual tem recorrido a fontes externas, conforme mencionado anteriormente. Nesse contexto, uma das fontes externas importantes para o Ceará foi o Projeto Alvorada, programa de investimentos do governo federal destinado a melhoria da qualidade desse nível de ensino em áreas mais carentes do país.

Compreendendo que tais recursos teriam por finalidade solucionar problemas decorrentes da ausência de fontes específicas para a manutenção do ensino médio, sob a vigência dos convênios firmados com tal objetivo, o governo anterior utilizou recursos do Projeto Alvorada para despesas de manutenção e custeio, prevendo uso semelhante no Orçamento 2003. Ao analisar os termos dos contratos relativos a referida iniciativa, a gestão atual julgou por bem acatar as orientações da União no sentido de que tais despesas se ativessem a investimentos. Essa decisão implicou no agravamento das dificuldades financeiras durante o exercício de 2003, uma vez que foi necessário suplementar recursos para a educação, num quadro pouco propício a alternativas de tal ordem. As transferências em despesas de manutenção da rede escolar não se mantiveram proporcionais ao exercício de 2001 e 2002, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir:



Os dados dos gráficos 5 e 6 permitem constatar que entre 1998 e 2003 o governo estadual assumiu o ônus financeiro de transferir recursos do ensino fundamental às municipalidades, sem proporcional redução de encargos, ao mesmo tempo em que assumiu todos os custos da ampliação do ensino médio.

É imprescindível sublinhar que nesse intervalo a União omitiu-se a exercer sua função suplementar, vez que não arcou com a parcela de responsabilidade na manutenção do FUNDEF que por princípio lhe incumbiria. Por outro lado, não se concebeu uma política para a manutenção do ensino médio. Após análise de tal situação, identificou-se um expressivo débito da União para com o governo do Estado, cujo montante é da ordem de R\$ 407.824.252,03, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 3
Ensino Fundamental - Ceará - 1998 a 2002
Débito da União para com o Estado

Ano	Nº Alunos	Dif. Custo Aluno	Reclamado (R\$)
1998	535.209	111,454	59.651.183,89
1999	521.659	128,599	67.084.825,74
<hr/>			
	Iº a 8º		
2000	171.169	308,324	86.622.193,47
2001	103.844	342,987	100.195.834,41
2002	63.540	305,854	94.270.214,52
2003	171.169	308,324	86.622.193,47
TOTAL			407.824.252,03

Por entender que essas dívidas devem ser salgadas pelo governo federal, em 2003, o governo do Estado deu entrada em processo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando ressarcimento das referidas despesas à União.

A redução de recursos no âmbito estadual tende a agravar-se por nova regulamentação do Salário Educação (Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003). Pelo dispositivo legal ora vigente, o Salário Educação Quota Estadual, antes distribuído na proporção de 50% para Estados e 50% para Municípios, passará a ter 10% de seu valor retido pela União, prevendo-se o rateio do restante conforme o número de matrículas. Por tratar-se de contribuição social exclusiva do ensino fundamental é de se prever significativa queda no volume de recursos dessa fonte para o Estado a partir de 2004. A tabela a seguir apresenta a distribuição do Salário Educação antes e após a referida Lei.

Tabela 4
Distribuição do Salário Educação - Quota Estadual antes e após a Lei nº 10.832/03

Distribuição SE/QE	Anterior Lei nº 10.832/03 (R\$)	Posterior Lei nº 10.832/03 (R\$)
Valor Total	39.648.000,00 (100%)	39.648.000,00 (100%)
Retido (União)	-	3.964.800,00 (10%)
Estado	19.824.000,00 (50%)	5.970.000,00 (16,73%)
Municípios	19.824.000,00 (50%)	29.713.200,00 (83,27%)

É inevitável que ocorram prejuízos em relação ao que se pretendia realizar, não apenas em relação às despesas de custeio e manutenção, mas também em termos de aquisição de equipamentos e em obras de infra-estrutura. Considerando-se o cenário extremamente adverso do ponto de vista financeiro pode-se afirmar, todavia, que o ano de 2003 transcorreu sem maiores percalços, tendo as escolas do sistema estadual se mantido em funcionamento.

Para além desses problemas de ordem mais geral, decorrentes de opções de política educacional anteriores, é oportuno mencionar algumas dificuldades encontradas pela atual administração ao assumir o governo em janeiro de 2003. Aqui vale mencionar: problemas operacionais na execução de projetos existentes (Escola do Novo Milênio - PENM, Alvorada, Recomeço); precário controle de fluxos e dimensionamento de demandas de atendimento; indefinição quanto ao quadro docente para o atendimento da oferta escolar (professores temporários) e ausência de normas para implementação do regime de colaboração Estado/Municípios.

Ao lado de tais dificuldades, é importante referir também outras identificadas ao longo do ano, quais sejam: o não cumprimento de prazos no repasse de recursos por parte do governo federal e da contrapartida estadual em iniciativas diversas; os problemas de manutenção da SEDUC decorrentes do descompasso entre os recursos previstos no Orçamento e os limites financeiros estabelecidos; a desatualização nos valores relativos ao custo aluno do ensino fundamental (FUNDEF); a indefinição de fontes de recursos financeiros para o Ensino Médio (de modo especial para financiamento de transporte escolar e livros didáticos).

Na medida em que impedem uma gestão adequada e eficiente do sistema de ensino, tais dificuldades representam obstáculos a serem superados por este governo. Estamos confiantes de que com o esforço coletivo dos servidores do Estado e o engajamento da sociedade civil, isto irá ocorrer. A SEDUC vem fazendo a sua parte, buscando novas alternativas para os problemas existentes e identificando os rumos necessários à construção de um Ceará Cidadão, orientado para o crescimento com inclusão social. A definição do Plano de Educação Básica 2003/2006 é parte deste esforço.

A despeito das limitações encontradas, o ano de 2003 foi caracterizado por um conjunto de iniciativas significativas. Algumas das ações realizadas merecem destaque por ter exigido grande esforço da Secretaria e apresentaram forte impacto sobre a política educacional dos próximos anos. É o caso da mobilização, discussão e elaboração do Plano de Educação Básica 2003-2006, e do reajuste e renegociação do Acordo de Empréstimo com o BIRD, contemplando o Ensino Médio.

3.1. Plano de Educação Básica 2003-2006

O Plano de Educação Básica 2003-2006 expressa as intenções do governo Lúcio Alcântara para o período 2003-2006. Sua concepção é fruto de um longo processo de maturação de idéias, buscadas tanto no debate atual sobre educação, como na reflexão que vem sendo feita a esse respeito no Ceará. De modo especial, no movimento que resultou no *Congresso Estadual Escola do Novo Milênio* (março/2002), e em idéias traduzidas nos documentos do *Movimento Ceará Cidadania* (junho/2002) e da Equipe de Transição ao novo governo (dezembro/2002).

O projeto educacional em questão está fundamentado em quatro princípios: 1) Educação de Qualidade e Inclusão Social; 2) Gestão Democrática e Controle Social; 3) Ação Compartilhada Poder Público e Sociedade Civil; e, 4) Desenvolvimento Profissional Permanente e Valorização dos Servidores da Educação. No conjunto, esses princípios ressaltam o desafio de crescer com qualidade como estratégia de construção de uma escola melhor para o povo cearense. Tal idéia articula-se ao compromisso-síntese do Plano de Governo 2003-2006, cujo foco está na promoção de uma política capaz de mobilizar e organizar a ação coletiva, em prol de um desenvolvimento inclusivo no Estado.

As orientações definidas no Plano passaram pelo crivo do Seminário *Discutindo o Plano de Educação Básica 2003-2006* (fevereiro/2003), que contou com representantes das várias secretarias de governo, das secretarias municipais de educação, das universidades, dos sindicatos e de outros parceiros importantes. Nesse evento foram definidos dez desafios que constituem os principais programas de governo para a educação no período 2003-2006. São eles:

- Universalização progressiva do ensino médio nas localidades urbanas e rurais;
- Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais e comunidades indígenas;
- Redução do analfabetismo de jovens e adultos;
- Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno;
- Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita;
- Ampliação progressiva da jornada escolar;
- Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação;
- Modernização do processo da gestão e controle social do sistema de ensino;
- Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais;
- Regulamentação e efetivação do regime de colaboração Estado/Municípios.

Após a definição coletiva das prioridades para a política educacional nesta gestão, coube à Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará um trabalho de detalhamento técnico da proposta. No período de janeiro a junho de 2003, sua equipe debreu-se sobre os desafios, de modo a traduzi-los em objetivos, estratégias e metas. Ao mesmo tempo, as idéias do Plano foram sendo submetidas à apreciação pública em eventos diversos, tanto em Fortaleza, quanto no interior.

Essas foram oportunidades importantes de aprimorar o trabalho, cujos resultados foram apresentados ao mesmo grupo integrante do Seminário *Discutindo o Plano de Educação Básica 2003-2006* (agosto/2003).

3.2. Projeto Escola do Novo Milênio

Durante o planejamento em questão, foi realizado intenso esforço de identificação de prioridades. Em situação de limitações financeiras é preciso garantir condições materiais à concretização de tais demandas. Assim, foram estabelecidas negociações com o Banco Mundial no sentido de ajustar o acordo de empréstimo em vigência (Acordo Nº 4591-BR, efetivo a partir de novembro de 2001) às novas proposições explicitadas no Plano de Educação Básica 2003-2006.

A reformulação do Projeto Escola do Novo Milênio - Educação Básica de Qualidade no Ceará (PENM), consolidada no Aditivo Nº 1 do Acordo de Empréstimo, ensejou um redirecionamento nas atividades a serem executadas e um consequente ajuste na destinação dos recursos para cada componente e respectivos subcomponentes. Não obstante a manutenção do foco principal do Projeto, a redefinição de algumas atividades, e a inclusão de outras que se inserem no novo contexto político-educacional desenhado para os próximos quatro anos, resultaram em algumas modificações significativas, visando a incorporação de novas estratégias e processos de implementação das ações previstas.

A tabela a seguir apresenta um panorama da situação do Acordo entre o Estado e o BIRD, antes e após a negociação entre as partes.

Tabela 5
Projeto Escola do Novo Milênio (LN-4591BR)

DETALHAMENTO			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
	TOTAL	BIRD	ESTADO	TOTAL	BIRD	ESTADO	BIRD	ESTADO
Valor do projeto (US\$)	150,0	90,0	60,0	112,5	90,0	22,5		
Paridade (%)	100	60	40	100	80	20		
Duração do projeto (até...)	30/06/06	30/06/06	31/12/05	30/06/07	30/06/07	31/12/06		
Construção de novas escolas (unidades)	38	19	19	50	40	10		
Alfabetização (mais de 15 anos) (US\$)	-	-	-	10,0	8,0	2,0		
Alfabetização (mais de 15 anos) (número de alfabetizando)	-	-	-	120.000	96.000	24.000		
Capacitação gerentes e técnicos (Progestão)	1.200	1.200	-	10.000	8.000	2.000		

Conforme é possível ler na tabela 5, o redesenho do Projeto Escola do Novo Milênio contemplou diversos aspectos, envolvendo desde os valores para cada um dos componentes até a contrapartida do Estado. O valor do Projeto, que a princípio era de US\$ 150 milhões passou a ser de US\$ 112,5 milhões em virtude da significativa alteração da paridade entre BIRD/Estado, que passou de 60/40 para 80/20. Em outras palavras, a contrapartida do Estado, que correspondia a 40% do valor total do empréstimo, passou a ser de 20%, mantidos os US\$ 90 milhões do BIRD. Para a SEDUC, os novos procedimentos e valores estabelecidos por componente e contrapartida representam possibilidades concretas de investimentos em áreas consideradas imprescindíveis para o cumprimento do programas esboçados no Plano de Educação Básica 2003-2006.

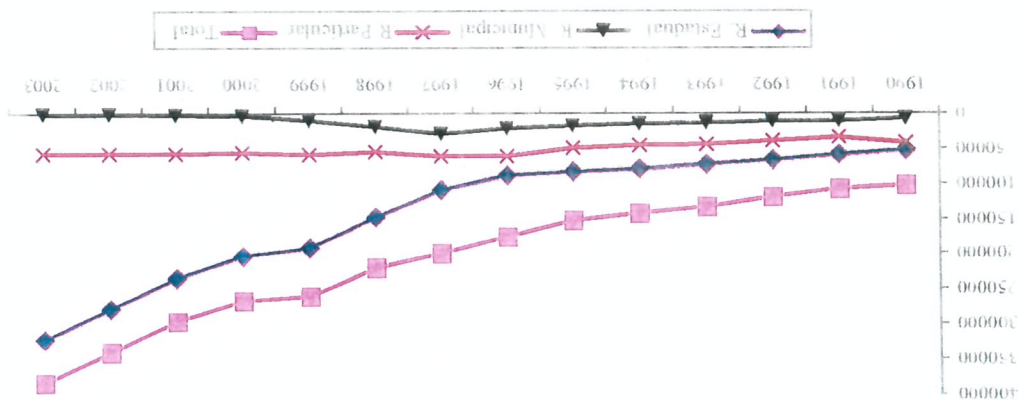
4. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2003

Outras ações de impacto deflagradas durante o ano de 2003 situam-se no âmbito do desenvolvimento pedagógico, da modernização administrativa e da gestão do sistema de ensino. A seguir são apresentadas realizações de 2003, listadas de acordo com os desafios da atual gestão.

4.1. Universalização progressiva do ensino médio nas localidades urbanas e rurais

A universalização do Ensino Médio é uma política estratégica de inclusão social, por permitir aos jovens cearenses que concluíram o ensino fundamental prosseguir em sua escolaridade básica. A melhoria do fluxo escolar no ensino fundamental, taxas de aprovação, redução do abandono e diminuição do tempo de permanência empenhadas durante a década de 1990, aumentou expressivamente a demanda por ensino médio. Como resposta, em curto espaço de tempo, o Poder Público ampliou de forma significativa a oferta desta etapa da educação básica. Os dados a seguir mostram a matrícula do Ensino Médio no Estado do Ceará de 1990 a 2003

Gráfico 8
Matrícula de Ensino Médio - Ceará 1990 - 2003



O que se constata nesse período é um crescimento contínuo da rede estadual, que se torna mais acelerado a partir de 1997, chegando a taxas anuais de 35,64%, 29,77%, 6,13%, 15,44%, 18,89% e 15,2% para os anos subsequentes. Em 2002, a rede estadual responde por 81,9% da matrícula de Ensino Médio, percentual que aumenta ainda mais em 2003, chegando a 84,04%, sendo que as redes federal e municipal juntas, atendem a 1,19% da matrícula total e 14,77% dos alunos encontram-se nas escolas particulares.

É importante notar que a matrícula total no Ensino Médio no Estado em 2003 foi de 380.834, e que o crescimento na Rede Estadual deu-se as expensas de ampliação da rede física, e com a contratação de um significativo quadro de professores temporários.

Na situação de professores contratados por tempo determinado, o Ensino Médio cearense contou em 2003 com cerca de 9.000 funções docentes. No firme propósito de reverter este quadro, neste mesmo ano foi aberto um concurso público com 6.488 vagas para todas as disciplinas deste nível de ensino. Apesar das mais de 30.000 inscrições, o contingente de aprovados na primeira fase da seleção não ultrapassou os 20% do total de inscritos e já se constatou situações em que nenhuma vaga será preenchida em alguns municípios. Esse fato revela-se ainda mais grave na área de

Ciências da Natureza e Matemática (Física, Química, Biologia e Matemática) em que quase 50% dos municípios registram aprovação zero.

No ano 2003, o atendimento total no Ensino Médio no Estado do Ceará corresponde apenas a 44,6% da população de 15 a 19 anos, sendo que desses, 37,5% são alunos matriculados na Rede Pública Estadual.

O problema do Ensino Médio pode ser considerado um desafio que se coloca em três vertentes: por um lado, é imperativo o crescimento da oferta de vagas para possibilitar o acesso da população que está no sistema educacional, assegurando a inclusão destes a níveis mais elevados de escolaridade; por outro lado é necessário assegurar condições de permanência aos que se encontram no sistema e aos que nele ingressarem, e finalmente, é imperativo incluir os que por algum motivo evadiram-se do sistema educacional sem concluir essa etapa do ensino e que estão demandando escola.

Isto coloca a quantidade e a qualidade como metas simultâneas, desafios que pressupõem além de vontade política, investimentos de grande porte e aplicações onde a melhor relação custo/benefício seja o indicador prioritário. O cenário educacional no âmbito brasileiro e cearense, no entanto, aponta sérias dificuldades financeiras para o atendimento de tais metas, uma vez que apesar dos esforços desenvolvidos, os recursos para investimentos e até mesmo para manutenção da insatisfatória rede de ensino médio vêm representando um impedimento real.

Para fazer face a tal problema, o Ministério da Educação estabeleceu dois acordos de empréstimos internacionais que vem dando, na medida do possível, mas em condições insatisfatórias, suporte ao crescimento do Ensino Médio. Conhecidos como Projeto Alvorada, já mencionado anteriormente, e Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED) esses dois programas vêm canalizando recursos financeiros para o Ensino Médio em todos os estados da federação, com forte ênfase na ampliação da rede física e na criação de padrões básicos de funcionamento para as escolas que oferecem esse nível de ensino.

No ano 2003, o Ceará pleiteou uma renegociação para o PROMED, alinhando suas ações com os desafios propostos no Plano e conseguiu adquirir e distribuir junto as escolas de Ensino Médio 131 laboratórios didáticos de ciências. Com recursos do Projeto Alvorada, assegurou transporte escolar para 72.000 alunos de ensino médio, com a liberação de R\$ 6.000.000,00 para 182 municípios do Estado.

Simultaneamente, conseguiu incluir este nível de ensino como beneficiário do acordo de empréstimo do Banco Mundial, no se refere à ampliação da rede física e padrões básicos de funcionamento das escolas.

4.2. Apoio ao desenvolvimento da educação infantil e implementação das políticas de inclusão para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais e comunidades indígenas

O apoio ao desenvolvimento da educação infantil (crianças de 0 a 6 anos) e a implementação de políticas que promovam a melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados à jovens e adultos, portadores de necessidades educacionais especiais e comunidades indígenas é parte do processo de democratização do ensino público e de inclusão social. Com vistas a atender a essas políticas, o ano de 2003 foi dedicado a realizar um conjunto de ações que procuram assegurar e ampliar oportunidades de acesso a esses níveis e modalidades de ensino.

4.2.1. Educação Infantil

O Ceará atendeu em 2003 a um total de 445.438 crianças na educação infantil, sendo que a maior parcela deste atendimento encontra-se na pré-escola (300.385 alunos), existindo ainda 54.971 alunos em classes de alfabetização. Esse atendimento constitui resultado de processo iniciado em 1992, quando a taxa de escolarização no intervalo etário de 5 a 6 anos no Ceará cresceu

positivamente, ultrapassando a média nordestina e nacional. Este movimento ascendente em torno de 27% na oferta situou o Estado no segundo lugar do *ranking* nacional de atendimento no referido segmento populacional

Um dos fundamentos da política de educação infantil é a estreita articulação com municípios e organizações da sociedade civil, como estratégias que assegurem o acesso e a permanência das crianças nas creches e pré-escolas. Com vista a manter um diálogo profícuo e constante, a SEDUC participou do Ceará, do Seminário da Frente Parlamentar da Infância local; da elaboração de projeto com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional - JICA e do projeto intersetorial (SEDUC/SFSA) de capacitação dos Agentes de Saúde e de professores das séries iniciais, visando atender crianças de 0 a 6 anos.

Além dessa participação pro-ativa, laborou o Projeto Agenda II - 5 anos, edição 2003, colaborou com organizações não governamentais em projetos educacionais, artísticos e culturais beneficiando a clientela desse nível de escolaridade e prestou assessoria técnica a municípios na elaboração de seus Planos Municipais de Educação Infantil.

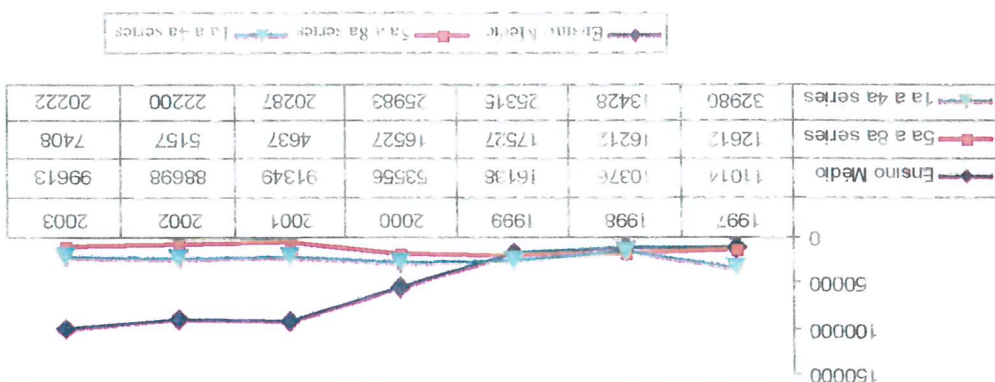
4.2.2. Educação de Jovens e Adultos

Ao lado da alfabetização de jovens e adultos há que se destacar o esforço realizado nos últimos anos na oferta de oportunidades que assegurem a continuidade dos estudos daqueles que não tiveram acesso a escolaridade básica em tempo hábil. Este tem ocorrido através da organização de cursos presenciais com avaliação no processo, realizados nas escolas e nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs).

A educação de jovens e adultos sempre foi um caso à parte na oferta de educação básica no Brasil e no Ceará, em particular. Considerado uma modalidade de ensino sobre a qual não há clara definição de investimento, tem sobrevivido através de projetos federais e/ou estaduais. De 1999 a 2003 contou com financiamento do governo federal através do projeto Recomeço.

No período 1999-2003, o crescimento da rede estadual é de 98%, sendo as vagas distribuídas para o Ensino Fundamental e Médio. Os dados a seguir mostram a evolução da matrícula para o Ensino Fundamental (1º segmento: 1ª a 4ª séries e 2º segmento: 5ª a 8ª séries) e para o Ensino Médio no período 1997-2003.

Gráfico 8
Matrícula EJA Rede Estadual 1997-2003



Essa demanda representa um desafio para a educação cearense, uma vez que exige espaço físico, material diferenciado e condições de oferta adequada às reais necessidades de quem já esteve na escola e por algum motivo abandonou-a. Preocupada com essa população e com uma política de inclusão social e educacional, a SEDUC vem fazendo esforço financeiro significativo para assegurar escolaridade a todos aqueles que procuram essa modalidade de ensino seja na modalidade presencial ou semipresencial.

Em 2003, o crescimento de matrículas registrado no Ensino Médio e no 2º segmento implicou a contratação de 2.128 professores temporários para atuarem nos CEJAs e nas escolas, a aquisição de 30.000 kits de materiais escolares para os alunos, com recursos provenientes do projeto Recomeço, do Governo Federal, bem como repasse de recursos para capacitação e merenda escolar para escolas e CEJAs, tendo como base de cálculo o Censo Escolar 2002.

Os recursos destinados à aquisição de livros foram aplicados na compra de 22.000 coleções didáticas e 8.000 minigramáticas para alunos matriculados no 2º segmento, 8.000 coleções para o 1º segmento, iniciativa executada através de um pregão eletrônico.

Com o objetivo de assegurar a Certificação dos alunos, foram realizados durante o ano, dois Exames Supletivos, aplicados em 46 municípios nos meses de junho e novembro, tendo contado com 9.314 e 10.178 inscritos, respectivamente.

A SEDUC também reafirmou sua capacidade de colaboração técnica aos municípios, assessorando as equipes municipais de EJA, com capacitação docente. Além disso, realizou juntamente com os CREDES, 10 encontros para discussão da política de EJA e 10 para a formação dos Coordenadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de EJA dos CREDE e representantes das Secretarias dos Municípios sedes dos CREDE.

4.2.3. Educação Indígena

A Constituição de 1988 reconheceu o direito de organização e manifestação lingüística e cultural de toda cidadã segundo seu projeto societário. Esta orientação foi ratificada pela LDB (9.394/96), ao apontar para o desenvolvimento de uma educação intercultural com a finalidade de proporcionar às sociedades e comunidades indígenas o seu reconhecimento perante a sociedade em geral. Nesta perspectiva, a educação escolar indígena se configura como uma política educacional ancorada em projetos de educação com caráter específico e diferenciado. A intenção é proporcionar uma escola que atenda as suas demandas culturais e sociais.

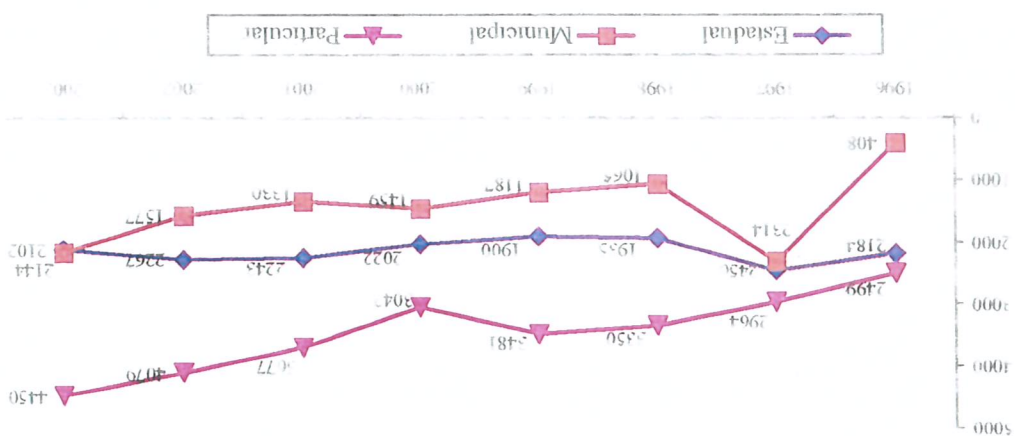
O ano 2003 foi marcado pela criação do Grupo de Trabalho da Educação Indígena, a continuidade do curso de formação para o magistério indígena, com a realização da 8ª, 9ª e 10ª etapas para 100 professores; a elaboração de livros didáticos para professores indígenas das etnias do município de Poranga e da etnia Jenipapo – Kanindê, em Aquiraz; o encaminhamento ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DER) de projeto para construção de 3 escolas indígenas e a discussão do projeto de resolução para regulamentação da Educação Escolar Indígena do Estado do Ceará.

Além disso, um produtivo diálogo foi estabelecido junto a todas as etnias, no sentido de assegurar seus direitos e oferecer as condições adequadas dos serviços educacionais, considerando as especificidades e diferenças que lhes são peculiares.

4.2.4. Educação Especial

Além da política de inclusão no sistema regular de ensino, em 2003 o Estado matriculou 8.696 alunos com necessidades especiais, atendimento distribuído conforme mostra o gráfico:

Gráfico 9
Matrícula em Educação Especial - Ceará 1996-2003



A rede privada respondeu por 51,17% da matrícula de 2003, seguida da rede estadual (24,17%) e municipal (24,66%). Cabe chamar atenção para a participação de entidades não-governamentais (ONG) na expansão do atendimento na rede privada. O Estado exerceu papel imprescindível no apoio e na execução de políticas de atendimento a esse público, em todas as redes de ensino.

A SEDUC também tem investido esforços no sentido de organizar propostas pedagógicas específicas ao atendimento desta modalidade educacional, redimensionando e fortalecendo serviços como: salas de apoio pedagógico especializado específico (115), espaços sócio-educativos especializados de nível médio (2), núcleos de atendimento pedagógico especializados (7 na capital e 9 no restante do Estado), centro de apoio pedagógico para alunos com visão subnormal e cegos (1), laboratórios de informática (17), oficinas pré-profissionalizantes (3), espaços sócio-educativos especializados (157), escolas especializadas (2), escolas com atendimento em educação especial (32 na capital).

No ano 2003 registraram-se o recadastramento e a formalização de convênios com 34 Organizações Não-Governamentais, para atender a 3.750 crianças e jovens; a renovação e celebração de novos convênios com Prefeituras Municipais e a rede estadual para implantação e implementação de 22 Núcleos de Atendimento Pedagógico Especializado; a elaboração de kit informativo para divulgação da política estadual de educação especial apresentada em Brasília, em reunião com o Presidente da República e representantes de associações de pessoas especiais; a realização de convênio com a Casa da Esperança, viabilizando o atendimento a 150 crianças autistas; a análise de 24 projetos de solicitação de apoio financeiro através da verba de Subvenção Social, encaminhados por instituições que atuam na área, tendo sido aprovados 8 projetos.

4.3. Redução do analfabetismo de jovens e adultos

A situação educacional brasileira no período de 1992 a 2001, conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2002), registra decréscimo na taxa de analfabetismo. O gráfico seguinte expressa a evolução deste movimento no cenário nacional, regional e local:

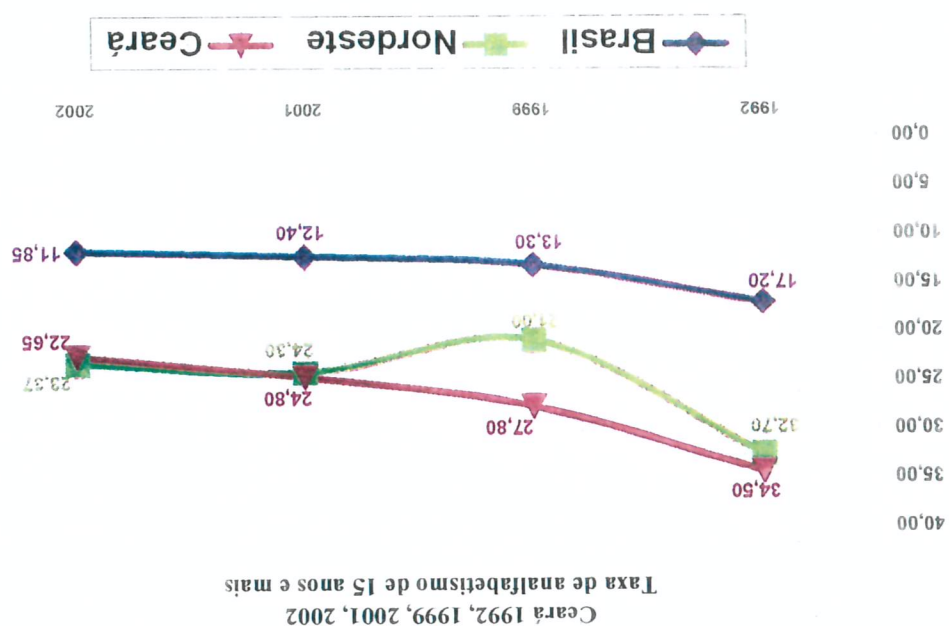
O esforço do Ceará em diminuir essa dívida histórica implicou em articulação com um conjunto significativo de organizações parceiras e a participação ativa dos municípios e da União. Tal agenda passou a ser considerada prioritária no âmbito das políticas estaduais, como é possível evidenciar pela inclusão desse item no Projeto Escola do Novo Milênio, com aporte de R\$ 30.000.000,00 as atividades de erradicação do analfabetismo no Ceará em 2003 e para os próximos anos.

A redução do analfabetismo de jovens e adultos no Estado é passo fundamental para efetivar o princípio de inclusão social defendido pela atual gestão. No ano de 2003 o Estado do Ceará assumiu o desafio histórico de enfrentar uma grande dívida social para com sua população. Implementando o Projeto Nacional *Brasil Alfabetizado*, do governo federal, elaborou e está desenvolvendo o Projeto *Alfabetização e Cidadania*. Através dessa iniciativa, pretende-se alfabetizar aproximadamente 600 mil jovens e adultos com mais de 15 anos, além de escolarizar, até o nível de 4ª série do ensino fundamental, 360 mil egressos dos programas de alfabetização.

Atualmente, a realidade atual do analfabetismo juvenil e adulto no Estado (população de 15 anos e mais) ainda atinge 1,26 milhão de pessoas. É significativo o contingente da população cearense nessa faixa etária, população economicamente ativa (PEA), que não sabe ler ou escrever um bilhete simples. Este quadro de analfabetismo literal e funcional impacta intensa e negativamente na escolaridade da população, comprometendo o desenvolvimento do Estado e contribuindo na queda dos indicadores sociais e econômicos.

Este movimento decrescente acontece na proporção inversa à base territorial, isto é, o Ceará apresenta maior evolução, tendo obtido a melhor taxa de redução de analfabetismo no período, seguido da Região Nordeste e do Brasil (PNAD, 2001). Cabe registrar que a redução no índice de analfabetismo decorreu, em boa parte, de ações intersetoriais desenvolvidas de forma articulada com a SEDUC, além da participação do Ceará no programa federal "Alfabetização Solidária".

Os dados mostram que o Brasil apresenta uma tendência de redução da taxa de analfabetismo, que decresce de 17,2% em 1992 para 13,3% em 1999, chegando a 12,4% em 2001. A região Nordeste registra um ritmo marcado por oscilações, passando de 32,7% em 1992 para 24,3% em 1999, alcançando 24,3% em 2001. O Ceará, assim como o Brasil, apresenta uma trajetória contínua de redução, passando de 34,5% em 1992 para 27,8% em 1999, atingindo 24,8% em 2001.



quatro anos, tendo sido repassado neste ano, cerca de R\$ 8.755.551,00 desse total para 143 municípios conveniados.

Durante o ano de 2003 foram lançadas as bases para a efetivação do projeto no âmbito estadual, com a assinatura de convênio junto ao governo federal para a alfabetização de 98.711 cidadãos com 15 anos ou mais. O Estado coordenou o processo de implementação do projeto, definindo critérios para formalização de convênios com municípios.

A alfabetização de jovens e adultos é atividade que, para ser bem sucedida, requer participação intensa da sociedade. A criação de uma rede de educação de jovens e adultos (REEJA) foi, nesse caso, outra ação fundamental para a viabilização do engajamento da sociedade civil no projeto. Em parceria com a Secretaria da Saúde (SESA-CE) e com apoio do Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), foi realizado o Censo de Alfabetização de Jovens e Adultos, que facilitará a organização de futuras iniciativas nesse campo.

Ainda tendo em vista garantir a qualidade do processo, foi oferecida formação continuada para 8.017 alfabetizadores envolvidos no projeto, além de apoio técnico pedagógico ao projeto Alfabetização Voluntária, com capacitação de 197 alfabetizadores. Destaca-se ainda como realização do ano de 2003 a elaboração do projeto de Certificação do Alfabetizando.

4.4. Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno

A ideia de crescer com qualidade articula-se de forma direta com o trabalho desenvolvido no interior da escola. O desenvolvimento da aprendizagem do aluno apresenta-se pois como linha de ação prioritária da atual política educacional.

Comparando os resultados 1997-1999 e 1999-2001 das avaliações do SAE, observa-se uma queda na escala de proficiência dos alunos cearenses no período de 4 anos em Língua Portuguesa e Matemática, tendência presente nos três segmentos avaliados pelo SAE.

Desse modo, considerando que o domínio das competências e habilidades adquiridas ano a ano é cumulativo, vale registrar que essa defasagem de aprendizagem se propaga por todo o processo de escolarização. O desempenho dos estudantes cearenses no ano de 2001 colocou-os, nas três séries e nas duas disciplinas avaliadas, em situações de desempenho em que mais de 70% dos alunos encontram-se nos estágios aquém dos desejados, evidenciando um acentuado déficit de aprendizagem.

Ao analisar os dez programas prioritários da gestão 2003-2006 constata-se que seis¹ deles estão ancorados na própria razão de ser da escola: propiciar a aprendizagem dos alunos a partir de uma matriz de competência básica e consensual. As ações constantes nos diversos programas da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará têm como objetivo atuar sobre essas variáveis, no sentido de reverter esse quadro.

No ano 2003, a SEDUC dedicou esforço no sentido de definir novos procedimentos que permitissem o redimensionamento do processo de avaliação de aprendizagem, considerando os significativos avanços obtidos no que se refere a procedimentos avaliativos, mas procurando uma forma mais clara de expressar os resultados, de fácil compreensão para os usuários e compatível com as necessidades de avaliação de sistemas complexos, como é o caso do Ceará.

Neste propósito, o ano 2003 marcou o início de um conjunto de ações e projetos que visam em curto e médio prazo contribuir para a melhoria dos indicadores de desempenho dos alunos. Merece destaque a realização de curso de italiano em parceria com o Instituto de Cultura Italiana.

¹ São eles: Garantia da qualidade da escola com foco na aprendizagem do aluno; Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita; Ampliação progressiva da jornada escolar; Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação; Modernização do processo de gestão e controle do sistema de ensino; Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais.

beneficiando 1.000 alunos do Ensino Médio; o lançamento do Edital para o Festival de Talentos da Escola Pública (FESTAL), com ênfase na vertente científica, com financiamento a cerca de 1.080 projetos pedagógicos escolares; a realização do Projeto Patativa em parceria com o Ministério da Cultura, que distribuiu cerca de 40.000 livros para alunos do Ensino Fundamental e Médio em 14 escolas da capital.

Numa ação intersetorial com a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECITEC) realizou o Projeto Linguagem das Letras e dos Números (Numeratizar), com participação na primeira fase da Olimpíada de Matemática de 75.000 alunos da 1ª série do Ensino Médio.

Em colaboração com diversas instituições privadas, participou de experiências-piloto com quatro Portais Educacionais (Positivo, Enlaces, Clickideia, Intel) para utilização de conteúdos digitais por alunos e professores, além do Midiativa, um projeto para estimular o uso da televisão como instrumento de formação cultural.

4.5. Garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita

A garantia do domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita ainda constitui um grande desafio ao sistema educacional brasileiro, e cearense em particular. Eleger essa como uma das prioridades da atual gestão significa ir de encontro aos baixos indicadores escolares na área de Língua Portuguesa, reconhecendo a importância de oferecer aos alunos os instrumentos essenciais de cidadania.

Partindo do pressuposto de que é necessário que todas as dimensões educativas se debruçem sobre este desafio, o Plano de Educação Básica 2003-2006 define como meta a ampliação gradativa da carga horária da disciplina Língua Portuguesa para os alunos do Ensino Fundamental e Médio, a média de 1 hora/aula por ano.

Parte deste propósito foi alcançado em algumas escolas que, através de projetos escolares, desenvolveram atividades de Reforço Escolar nesta disciplina, como estratégia para suprimento de déficits de aprendizagem diagnosticados a partir de avaliações da própria escola ou como preparativo para o exame nacional (SAB) acontecido em novembro de 2003 e para o SPAECE/NET que ocorreu em dezembro do mesmo ano. Vale salientar que ambos avaliaram a disciplina Língua Portuguesa, sendo que o SAB o faz em três coortes (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) numa amostra envolvendo todas as redes, enquanto o SPAECE/NET utiliza dois coortes (8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) restrito à rede pública estadual de ensino.

Um outro indicador que tem forte impacto sobre a melhoria das habilidades de leitura, interpretação e escrita diz respeito às bibliotecas escolares. No propósito de ampliar o número de bibliotecas escolares, bem como o acervo das já existentes, elaborou projeto de aquisição de acervo bibliográfico para escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio.

Simultaneamente, em parceria com a Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Ceará (APDMCE) realizou a formação continuada para 70 professores das escolas municipais, beneficiários do Programa Amigos da Leitura

O ano 2003 também foi marcado pela realização de um minucioso estudo e planejamento da Proposta Pedagógica da disciplina de arte-educação, matemática, esporte educacional, leitura e escrita junto a professores especialistas e representantes das Unidades Escolares. Este estudo servirá de diretriz para implementação de projetos escolares que busquem a melhoria das habilidades de leitura, interpretação e escrita, a partir da transversalidade e da integração das diversas disciplinas curriculares.

Uma ação que teve continuidade graças a sua significativa contribuição a este desafio foi a parceria com a ONG Grupo de Comunicação e Cultura, na realização e ampliação do projeto Clube do Jornal em escolas do Ensino Fundamental e Médio atingindo cerca de 220 escolas, distribuídas

por todos os CREDES. Este projeto focaliza o protagonismo juvenil e incentiva a produção de jornais escolares por alunos e professores.

4.6. Ampliação progressiva da jornada escolar

A ampliação da jornada escolar é medida que objetiva oferecer novas oportunidades de aprendizagem aos alunos, valorizando o tempo da sala de aula, assim como identificando novos tempos e espaços escolares articulados aos conteúdos curriculares.

Desde 1998 o projeto denominado Escola Viva vem se constituindo numa nova concepção de escola em que as dimensões científica, cultural e formativa do currículo são integradas, gerando um cotidiano escolar no qual crianças e adolescentes desenvolvem competências e habilidades intelectuais, afetivas, psicomotoras, de forma participativa, criativa e direcionada a formação de valores éticos.

O foco da proposta é fortalecer a aprendizagem do aluno através da reordenação do ambiente escolar, que se efetiva através da ampliação gradativa da jornada escolar, oferecendo oportunidades adicionais de aprendizagem, otimizando de forma criativa o espaço e tempo pedagógicos, mobilizando toda a comunidade para o desafio de promover a permanência e o sucesso do aluno.

Durante o ano de 2003, a Escola Viva teve 865 projetos de ampliação da jornada escolar realizados em 231 escolas distribuídas por 91 municípios. Para assegurar tal empreendimento, contou com a contratação de 1845 professores temporários que atuaram em projetos artísticos e culturais nas áreas de teatro, dança, artes plásticas, musicalização, esporte, canto coral, artesanato, etc.

Além disso, a SEDUC investiu recursos na realização de Colônia de Férias envolvendo a participação de 35 escolas públicas e 10.540 alunos; e em cursos de capacitação para professores que atuavam no projeto Escola Viva/PROARES (Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes) junto aos 81 municípios beneficiados desse programa.

Visando ampliar a visibilidade de experiências educativas bem sucedidas, foram realizados e veiculados pela TVC um total de 37 Programas Especiais Pedagógicos com a participação de alunos, professores, gestores, pais, funcionários, técnicos das Secretarias de Estado, Secretarias Municipais e Comunidade Local. Os 16 teledebates realizados durante o ano de 2003 possibilitaram a divulgação de informações, discussões e campanhas de conscientização de interesse da comunidade escolar e de diversas secretarias de Governo.

Merece destaque o incentivo ao protagonismo juvenil, através do projeto Empreendedorismo na Escola Pública, que em 2003 atendeu a cerca de 5.000 jovens matriculados no Ensino Médio. Tal ação contou com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE), Federação da Associação dos Jovens Empresários do Ceará (FAJECCE), Associação dos Jovens Empresários (AJE), Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e da Secretaria do Esporte e da Juventude (SEJUV).

Cabe registrar também o convênio firmado com o Ministério do Esporte, para desenvolver o projeto Segundo Tempo Escolar em 96 escolas de Ensino Fundamental e Médio localizadas no município de Fortaleza. Para tanto, a SEDUC estabeleceu parceria com 4 universidades (UECE, UFC, UNIFOR e FIC) para o recrutamento de 192 estagiários.

A definição pela LDB (Lei nº 9.394/96) de um prazo de dez anos para a formação de todos os docentes da educação básica em nível superior, vem impulsionando iniciativas diversas voltadas para a formação inicial, a exemplo do programa de Licenciaturas Breves, em 1997, e do Magister, iniciado em 2000. O esforço empreendido resultou em crescimento significativo da qualificação docente.

Os dados revelam que, em 1996, havia 8.809 professores com nível superior na rede estadual, passando, em 2002, para 17.736 professores com essa formação, registrando um crescimento de 101,3% no período. Em relação à rede municipal, o crescimento chegou a 552,9%, passando de 3.804 professores com nível superior em 1996 para 24.835 professores em 2002.

Visando dar continuidade às ações que vinham em curso, o ano 2003 foi marcado pela continuidade do Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) em parceria com o Ministério da Educação e 34 municípios, através da realização do Encontro de Avaliação com 114 professores formadores, 104 tutores e 19 coordenadores das Agências Formadoras (AGF) e da realização da 2ª reunião executiva nacional com a presença dos 11 Estados participantes do programa.

Um outro programa do Ministério da Educação do qual o Ceará é parceiro é o TV Escola, que conta com 1.441 escolas estaduais e municipais beneficiárias com o kit tecnológico constituído de antena parabólica, televisão e decodificador. Neste canal são veiculados programas de formação continuada dirigidos para os professores dos diversos níveis e modalidades de ensino, sendo o Salto para o Futuro, o de maior alcance e abrangência. Em 2003, 3.000 professores da rede pública estadual participaram da 4ª etapa do curso de extensão universitária TV na Escola e os Desafios de Hoje. Este curso tem uma carga horária de 180 horas e objetiva o treinamento de professores e gestores da rede pública de ensino médio e fundamental para a utilização dos recursos do Programa TV Escola.

O programa Magister, uma ação de formação inicial que tem como objetivo qualificar em nível de licenciatura plena 1.950 professores da rede pública estadual para atuarem nas séries terminais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, vem sendo desenvolvido desde 2000 em parceria com a UFC, UVA, URCA e UBCE. A continuidade do programa em 2003 exigiu renegociações e ajustes não só no que se refere a redimensionamento do cronograma de atividades, mas também no que se refere a componentes pedagógicos. Foi também definido que o programa seria objeto de uma avaliação externa, visando identificar o perfil do formando e o impacto do retorno desses profissionais nas novas funções, objeto da formação em curso.

Dando continuidade às ações de formação continuada, foi realizada a capacitação de 130 professores no Programa Parâmetros Curriculares em Ação; formação para técnicos, professores, gestores, funcionários e alunos no intuito de subsidiar a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico nos 81 municípios beneficiários do projeto Escola Viva/PROARES; formação de professores e gestores de escolas públicas de 100 municípios que aderiram ao Projeto Amor à Vida.

No que se refere à capacitação de gestores das escolas públicas, destaca-se a continuidade do Programa de Capacitação à Distância para Gestores Escolares (Progestão), cuja modalidade Extensão foi concluída para os 11.272 cursistas, sendo 6.039 profissionais da rede estadual e 5.233 da rede municipal em 155 municípios beneficiários do programa.

Visando ainda melhorar os procedimentos de gestão e tratamento da informação, foram capacitados 352 secretários escolares das redes estadual e municipal de ensino, sob a jurisdição dos CRDE 7, 15, 21, 22 e 23. Também realizou-se 3 oficinas pedagógicas para o desenvolvimento do projeto de formação continuada dos organismos escolares em Educação à Distância, e a capacitação

4.7. Aprimoramento do processo de formação e valorização dos servidores da educação

de equipes técnicas da SEDUC e dos 23 CREDE, na metodologia de construção e análise do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

4.8. Modernização do processo de gestão e controle social do sistema de ensino

A modernização do processo de gestão e controle social do sistema de ensino visa aperfeiçoar o acompanhamento do trabalho de gestores, ampliando o uso das novas tecnologias como ferramentas gerenciais de recursos e informações. Parte do pressuposto de que a modernização envolve o fortalecimento dos mecanismos de interlocução, participação e mobilização das diversas representações de controle social, com vista a alcançar a qualidade do ensino e a eficácia das políticas educacionais.

Tendo em vista o disposto na Constituição de 1988, a SEDUC, no ano de 2003, manteve um canal de permanente diálogo com os municípios, diretamente ou por meio de suas representações formais, deflagrou medidas concretas para o fortalecimento e efetivação do regime de colaboração. A análise dos indicadores revela conquistas expressivas na educação cearense, sobretudo no Município, a aproximação SEDUC e universidades públicas e a implementação da gestão democrática como mecanismo de renovação da cultura escolar. A experiência construída aponta novos desafios, os quais podem ser sintetizados no crescimento com qualidade da educação pública. O ano de 2003 apresentou resultados de significativo impacto no sistema de ensino, com início do projeto-piloto do Programa de Modernização e Melhoria nas Escolas, em parceria com a Fundação Brava e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG), em 23 escolas; e o desenvolvimento de um sistema para apropriação de custos por unidades administrativas, (SEDUC, CREDE, Escolas).

No que se refere ao gerenciamento do sistema, as ações que merecem destaque dizem respeito à atualização da frota automotiva, com a aquisição de 25 veículos e modernização da plataforma tecnológica, com a compra de 948 equipamentos de informática; a continuidade da construção de 43 obras, incluindo Liceus, Escolas de Ensino Médio e Quadras Poliesportivas; o início dos estudos para implantação de vigilância televisiva monitorada nas escolas.

Trabalhando a vertente do fortalecimento da autonomia da escola, ressalta-se a descentralização financeira com transferência de recursos para 799 escolas da rede estadual, com vista a assegurar sua manutenção e a execução do Programa de Alimentação Escolar.

Um dos pilares que assegura a gestão participativa na escola é o fortalecimento dos organismos escolares. Assim, foram desenvolvidas ações voltadas para o acompanhamento e formação continuada dos Grêmios e Conselhos Escolares, em parceria com ONGs. Vale ainda ressaltar as ações que estimulam o protagonismo juvenil, a exemplo do projeto Jovem Eleitor do Futuro, que em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral mobilizou 149.161 alunos.

No propósito de identificar o perfil dos componentes dos Conselhos Escolares foi realizado, junto a 617 escolas da rede pública estadual, o Censo dos Conselhos Escolares do Estado do Ceará, envolvendo um quantitativo de 5.709 conselheiros. Tal levantamento subsidiará o planejamento das ações de formação para qualificação desses representantes da comunidade, tendo em vista a melhoria do controle social sobre os processos educativos.

Visando assegurar o bom andamento da gestão escolar, foram realizadas ações como: reestruturação da tipificação das escolas estaduais, com a elaboração da proposta de criação de 55 cargos para as escolas novas, escolas indígenas e Centros de Educação Especial, a exemplo do CAP e do CAS; construção de diretórios complementares para o processo de eleição de Diretores; e seleção dos Coordenadores das Escolas Estaduais com vacância no cargo. Destaca-se ainda a elaboração e publicação do Edital, destinado à seleção dos orientadores dos 23 CREDE.

4.9. Aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais

O aperfeiçoamento do processo de avaliação institucional e de análise dos resultados educacionais permitirá maior controle e socialização dos resultados de avaliações, ampliando a possibilidade de intervenção sobre a realidade. Tem como foco a concepção e produção de indicadores que norteiem o planejamento e a ação, visando à melhoria da qualidade dos serviços educacionais.

O ano 2003 foi marcado pela análise e disseminação dos resultados das avaliações nacionais e locais – Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB 2001) e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECEnet 2002) junto aos CREDE e escolas. A SEDUC também colaborou com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), atuando na aplicação da sétima edição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). No Ceará, participaram 10.886 alunos de 219 escolas, sendo 78 da rede estadual, 89 da rede municipal, 50 da rede particular e 2 escolas federais, distribuídas em 66 municípios cearenses.

No que se refere à versão local de avaliação de desempenho escolar dos alunos, o SPAECE/NET foi produzido e distribuído para as escolas que participaram em 2002, o Boletim com diagnóstico dos resultados obtidos. Com vista a assegurar a edição 2003 dessa avaliação, realizou-se oficinas para elaboração de banco de itens nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática em nível de 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, com a participação de 160 professores.

Em seguida foram elaborados e aplicados os testes de Língua Portuguesa e Matemática, via Internet, numa amostra de 28.557 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio da rede estadual de ensino, em 277 polos, distribuídos nos 184 municípios. Na vertente de Avaliação Institucional do SPAECE foi realizado a capacitação das equipes dos 23 CREDE para a implementação do 4º Ciclo dessa avaliação nas 782 escolas públicas da rede estadual de ensino.

Atendendo a exigências do Governo Federal foi realizado o Censo Escolar 2003, ação que envolve o levantamento, a digitização e a consolidação de dados educacionais de todas as escolas existentes no Estado.

Foi também elaborado um diagnóstico situacional dos Centros de Formação de Educadores, iniciativa que procura capilarizar as ações de formação, com foco nas demandas manifestadas pelas escolas e pelos professores. No início de 2003 foram identificados 7 Centros de Formação em funcionamento, embora nem todos estivessem nas mesmas condições físicas e administrativas. A SEDUC resolveu realizar um diagnóstico e transformar tal ação numa experiência-piloto que será observada durante o ano de 2004, para tomada de decisão quanto a propagação pelos demais CREDE.

4.10. Regulamentação e efetivação do regime de colaboração Estado/Municípios

A regulamentação e efetivação do regime de colaboração entre Estado e Municípios é um dos instrumentos que permitirá a realização e o sucesso dos diversos outros desafios abordados anteriormente. Trata-se de construir mecanismos que garantam ações compartilhadas entre Estado e Município, contemplando aspectos legais, sociais e operacionais na busca de uma cooperação ampla que assegure a melhoria da educação pública cearense.

O ano 2003 marca o início do processo de identificação de variáveis e normativos que venham contribuir para organização de uma base legal que oriente o regime de colaboração. Para tanto, em abril deste ano, o Governo do Estado, pelo Ato publicado no DO de 16/04/03 instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de normas e procedimentos para implementação do regime de

colaboração Estado/Municípios, compreendendo Recursos Humanos; Planejamento do Espaço Físico e da Rede Escolar; e Transporte Escolar.

Os resultados apresentados pelo Grupo ao corpo técnico da Secretaria, à Comissão de Programação Financeira e ao Governador sugerem: organização da matrícula da educação básica dentro de um sistema integrado nas escolas públicas e com base no micro-planejamento da rede física; implementação de um sistema de avaliação e acompanhamento dos indicadores de aprendizagem dos alunos em todos os municípios, podendo ser realizada em parceria com o Estado; organização de uma rede integrada de escolas públicas; e, garantia dos padrões básicos de funcionamento das escolas públicas.

Como forma de assegurar a dotação dos padrões básicos de funcionamento das escolas públicas foram implementados 52 convênios para realização de obras Estado/Municípios destinados à ampliação, reforma e construção de espaços escolares, enfocando assim a consolidação da política Escola Melhor, Vida Melhor.

Visando fortalecer o regime de colaboração foram concebidas e definidas orientações relativas ao processo de matrícula em 2004, através da Portaria nº 689/2003 da SEDUC, dando continuidade à municipalização do ensino fundamental de 1ª a 4ª séries ou Ciclo I e II.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, apesar das dificuldades encontradas ao iniciar esta gestão, assim como daquelas enfrentadas no ano de 2003, foi possível realizar um planejamento em bases realistas e dar andamento às prioridades nele estabelecidas e este é um fato auspicioso. Tal situação deveu-se à conjugação de algumas circunstâncias favoráveis. Em primeiro lugar, é necessário destacar os inúmeros avanços resultantes da política educacional desenvolvida pela gestão anterior, com destaque para um contexto de normalidade administrativa e de planejamento operativo em curso. Devem também ser ressaltados os frutos positivos advindos da opção por uma gestão participativa e descentralizada do sistema e da escola.

Outro aspecto oportuno a considerar foi o compromisso e a cooperação de todos os que fazem o sistema educacional do Estado com a proposta apresentada. Tal receptividade e adesão facilitou a realização do trabalho, tornando possível traduzir os desafios identificados nas ações desenvolvidas ao longo do ano. O corpo de servidores da SEDUC e dos CREDE, os núcleos gestores das escolas, professores e alunos são os principais responsáveis pelo sucesso do projeto “Escola Melhor, Vida Melhor”.